ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL Processo nº 23347.005885.2023-12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01.20/2023

com sede na Rua Jornalista Belizário de Lima, 236 – Vila Glória, na cidade de Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.673.078/0001-20, neste ato representado pela senhora Reitora Elaine Borges Monteiro Cassiano, nomeada pela Decreto de 25 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 26 de novembro de 2019, portadora da matrícula funcional nº 1941845, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2023, publicada no DOU de 31/10./2023, processo administrativo n.º 23347.005885.2023-12, RESOLVEregistrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com aclassificação por ela alcançada e na quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se sas partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços em Agenciamento de Viagens com fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, como também passagens rodoviárias, incluindo emissão, remarcação, cancelamento, reembolso, seguro viagem e serviços correlatos, para atender as demandas das Unidades do IFMS e Órgãos Participantes, especificados no Anexo II doTermo de Referência, Anexo I do edital de Licitação nº 20/2023, que é parte integrante desta Ata, assimcomo as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

DADOS DA EMPRESA A CONSTAR NA PROPOSTA COMERCIAL:			
Razão Social:	CERRADO VIAGENS EIRELI-EPP		CNPJ: 26.722.189/0001-10
Endereço Com.:	SRTVN Qd.702 Conj. P SL.1133, Asa Norte,	Cidade/Estado: Brasília - DF	
Insc. Estadual	07.792.691/001-71		Telefone (61) 3202.4401
E-mail:	cerrado@cerradoviagens.com.br		CEP: 70.719-000
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL, PARA CONSTAR NA ASSINATURA DO CONTRATO, A CONSTAR NA PROPOSTA COMERCIAL:			
Nome:	José Ricardo Moreira Oliviere Caixeta		Estado civil: Solteiro
Nacionalidade:	Brasileiro	CPF: 017.726.791-78	RG / Identidade: 2324344 SSP/DF
Função:	Diretor Financeiro		CEP: 73255-900
Endereço Res.:	Cond. Mansões Entrelagos CL 02 LT 18 AP 302	Cidade/Estado: Paranoá - DF	

	ITEM	DESCRIÇÃO	UND DE MEDIDA	QNT MÍNIMA GERAL	QNT MÁXIMA GERAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM
GRUPO 1	1	**Serviço de Agenciamento de Viagem: Emissão, alteração, reembolso e cancelamento de bilhetes rodoviários e aéreos nacionais e internacionais, incluindo seguro viagem**	Serviço	5757,5	11515	R$ 0,01	R$ 115,15
	2	Taxa seguro de viagem	Unidade	621	1241	R$ 0,01	R$ 12,41
							R$ 127,56
	3	Repasse – Bilhetes Voos Internacionais	Unidade	621	1241	R$ 1.866,73	R$ 2.316.611,93
	4	Repasse – Bilhetes Voos Nacionais	Unidade	3628	7256	R$ 1.326,50	R$ 9.625.084,00
	5	Repasse – Bilhetes passagens Rodoviárias	Unidade	832	1663	R$ 251,99	R$ 419.059,37
							R$ 12.360.755,30
		Valor total estimado					12.360.882,86
		Doze milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos					

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O órgão gerenciador será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul-IFMS Reitoria, Uasg 158132.

Entidade Gerenciadora

Ordem do TR	Órgão/Entidade	Município	VL TOTAL ANUAL
1	158132- Reitoria/IFMS	Campo Grande -MS	**R$ 422.920,95**
2	158132- C. Aquidauana/IFMS	Aquidauana/MS	**R$ 23.119,16**
3	158132- C. Campo Grande/IFMS	Campo Grande -MS	**R$ 48.947,90**
4	158132- C. Corumbá/IFMS	Corumbá/MS	**R$ 10.612,09**
5	158132- C. Coxim/IFMS	Coxim/MS	**R$ 22.645,41**
6	158132- C. Dourados/IFMS	Dourados/MS	**R$ 23.252,17**
7	158132- C. Jardim/IFMS	Jardim/MS	**R$ 31.465,45**
8	158132- C. Navirai/IFMS	Navirai/MS	**R$ 22.038,65**
9	158132- C. Nova Andradina/IFMS	Nova Andradina/MS	**R$ 22.691,90**
10	158132- C. Ponta Porã/IFMS	Ponta Porã/MS	**R$ 25.165,42**
11	158132- C. Três Lagoas/IFMS	Três Lagoas/MS	**R$ 25.165,42**
			R$ 678.024,52
Seiscentos e setenta e oito mil, vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos			**R$ 678.024,52**

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Entidades Participantes

Ordem do TR	Órgão/Entidade	Município/UF de Entrega	VL TOTAL ANUAL
12	130083 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.	Porto Velho/RO	**R$ 149.726,10**
13	154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB	BRASÍLIA/DF	**R$ 3.210.621,00**
14	154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO	Santana do Livramento/RS	**R$ 59.571,70**
15	154856 - CAMPUS VIANA IFECT DO MARANHAO	Viana/MA	**R$ 47.262,34**
16	158122 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG	Belo Horizonte/MG	**R$ 855.415,20**
17	158125 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE	Blumenau/SC	**R$ 887.266,00**
18	158128 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. DO MARANHÃO	São Luís/MA	**R$ 854.499,72**
19	158135 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	Belém/PA	**R$ 2.663.825,00**
20	158139 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.FLUMINENSE	Campos dos Goitacazes/RJ	**R$ 303.823,38**

21	158141 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO R GRANDE SUL	Bento Gonçalves/RS	**R$**	**314.431,10**
22	158146 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TECNOLOGIA PIAUí	Teresina/PI	**R$**	**560.358,60**
23	158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS	Goiânia/GO	**R$**	**417.002,50**
24	158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA	São Luís/MA	**R$**	**103.397,58**
25	158284 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS BARRA DO CORDA	Barra do Corda/MA	**R$**	**35.864,00**
26	158288 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CENTRO HISTORICO	São Luís/MA	**R$**	**18.305,10**
27	158296 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.R.MAGANGEIRAS	São Raimundo das Mangabeiras/MA	**R$**	**63.502,90**
28	158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO	Passo Fundo/RS	**R$**	**54.822,34**
29	158457 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS TIMON	Timon/MA	**R$**	**71.728,00**
30	158127 - Instituto Federal Farroupilha - Reitoria	Santa Maria - RS	**R$**	**453.955,80**
31	158267 -Instituto Federal Farroupilha – Alegrete	Alegrete/RS	**R$**	**53.060,40**
32	155570 - Instituto Federal Farroupilha – Frederico Westphalen	Frederico Westphalen/RS	**R$**	**39.795,30**
33	154628 -Instituto Federal Farroupilha – Jaguari	Jaguari/RS	**R$**	**43.528,82**
34	158269 -Instituto Federal Farroupilha – Júlio de Castilhos	Júlio de Castilhos/RS	**R$**	**40.875,80**
35	158505 - Instituto Federal Farroupilha – Panambi	Panambi/RS	**R$**	**48.342,84**
36	158504 - Instituto Federal Farroupilha – Santa Rosa	Santa Rosa/RS	**R$**	**68.542,90**
37	158266 - Instituto Federal Farroupilha – Santo Augusto	Santo Augusto/RS	**R$**	**39.795,30**
38	155081- Instituto Federal Farroupilha – Santo Ângelo	Santo Ângelo/RS	**R$**	**66.325,50**
39	158503 - Instituto Federal Farroupilha – São Borja	São Borja/RS	**R$**	**58.462,90**
40	158268 Instituto Federal Farroupilha – São Vicente do Sul	São Vicente do Sul/RS	**R$**	**66.325,50**
41	158503 - Instituto Federal Farroupilha – Uruguaiana	Uruguaiana/RS	**R$**	**32.424,72**
			R$	**11.682.858,34**
Onze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos			**R$**	**11.682.858,34**

A relação completa com todas as Unidades, seus respectivos valores e itens, consta em anexo desta ARP.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valorespraticados

pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à atade registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valorespraticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas asseguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nasseguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificadoou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando oitem 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do

item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de

cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilizeo preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior,o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrentedo remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecidopela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, doDecreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo devigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado pordespacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambosdo Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital.*

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro depreços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer dasocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 3 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demaisórgãos participantes.

Campo Grande- MS, 01 de novembro de 2023

gov.br Documento assinado digitalmente
ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO
Data: 01/11/2023 17:54:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Elaine Borges Monteiro Cassiano
Reitora Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
CNPJ: 10.673.078/0001-20

JOSE RICARDO MOREIRA OLIVIERE CAIXETA:01772679178

Assinado de forma digital por JOSE RICARDO MOREIRA OLIVIERE CAIXETA:01772679178
Dados: 2023.11.01 11:18:35 -03'00'

Jose Ricardo Moreira Oliviere
CERRADO VIAGENS EIRELI-EPP
26.722.189/0001-10

Preços por Unidade

Ordem	Órgão/Entidade	Município	item 1 Serviço de Agenciamento de Viagem: Emissão, alteração, reembolso... (**taxa de agenciamento**)			item 2 Seguro Viagem Internacional			item 3 Bilhete Aérea Internacional			item 4 Bilhete Aérea Nacional			item 5 Bilhete Rodoviário			VL TOTAL ANUAL por Unidade Participante
			QNT	VL UNI	VL TOTAL	QNT	VL UNI	VL TOTAL	QNT	VL UNI	VL TOTAL	QNT	VL UNI	VL TOTAL	QNT	VL UNI	VL TOTAL	
1	**158132- Reitoria/IFMS**	**Campo Grande-MS**	380	R$ 0,01	R$ 3,80	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	300	R$ 1.326,50	R$ 397.950,00	25	R$ 251,99	R$ 6.299,75	**R$ 422.920,95**
2	**158132- C. Aquidauana/IFMS**	**Aquidauana/MS**	40	R$ 0,01	R$ 0,40	4	R$ 0,01	R$ 0,04	4	R$ 1.866,73	R$ 7.466,92	8	R$ 1.326,50	R$ 10.612,00	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 23.119,16**
3	**158132- C. Campo Grande/IFMS**	**Campo Grande-MS**	50	R$ 0,01	R$ 0,50	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	35	R$ 1.326,50	R$ 46.427,50	10	R$ 251,99	R$ 2.519,90	**R$ 48.947,90**
4	**158132- C. Corumbá/IFMS**	**Corumbá/MS**	9	R$ 0,01	R$ 0,09	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	8	R$ 1.326,50	R$ 10.612,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 10.612,09**
5	**158132- C. Coxim/IFMS**	**Coxim/MS**	34	R$ 0,01	R$ 0,34	3	R$ 0,01	R$ 0,03	3	R$ 1.866,73	R$ 5.600,19	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	15	R$ 251,99	R$ 3.779,85	**R$ 22.645,41**
6	**158132- C. Dourados/IFMS**	**Dourados/MS**	31	R$ 0,01	R$ 0,31	4	R$ 0,01	R$ 0,04	4	R$ 1.866,73	R$ 7.466,92	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	10	R$ 251,99	R$ 2.519,90	**R$ 23.252,17**
7	**158132- C. Jardim/IFMS**	**Jardim/MS**	73	R$ 0,01	R$ 0,73	3	R$ 0,01	R$ 0,03	3	R$ 1.866,73	R$ 5.600,19	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	50	R$ 251,99	R$ 12.599,50	**R$ 31.465,45**
8	**158132- C. Navirai/IFMS**	**Navirai/MS**	37	R$ 0,01	R$ 0,37	2	R$ 0,01	R$ 0,02	2	R$ 1.866,73	R$ 3.733,46	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 22.038,65**
9	**158132- C. Nova Andradina/IFMS**	**Nova Andradina/MS**	46	R$ 0,01	R$ 0,46	1	R$ 0,01	R$ 0,01	1	R$ 1.866,73	R$ 1.866,73	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	30	R$ 251,99	R$ 7.559,70	**R$ 22.691,90**
10	**158132- C. Ponta Porã/IFMS**	**Ponta Porã/MS**	45	R$ 0,01	R$ 0,45	3	R$ 0,01	R$ 0,03	3	R$ 1.866,73	R$ 5.600,19	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	25	R$ 251,99	R$ 6.299,75	**R$ 25.165,42**
11	**158132- C. Três Lagoas/IFMS**	**Três Lagoas/MS**	45	R$ 0,01	R$ 0,45	3	R$ 0,01	R$ 0,03	3	R$ 1.866,73	R$ 5.600,19	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	25	R$ 251,99	R$ 6.299,75	**R$ 25.165,42**
12	**130083 - SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.**	**Porto Velho/RO**	140	R$ 0,01	R$ 1,40	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	95	R$ 1.326,50	R$ 126.017,50	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 149.726,10**
13	**154040 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - FUB**	**BRASÍLIA/DF**	3100	R$ 0,01	R$ 31,00	600	R$ 0,01	R$ 6,00	600	R$ 1.866,73	R$ 1.120.038,00	1500	R$ 1.326,50	R$ 1.989.750,00	400	R$ 251,99	R$ 100.796,00	**R$ 3.210.621,00**
14	**154773 - IF/SUL R. GRAND./CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO**	**Santana do Livramento/RS**	80	R$ 0,01	R$ 0,80	15	R$ 0,01	R$ 0,15	15	R$ 1.866,73	R$ 28.000,95	20	R$ 1.326,50	R$ 26.530,00	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 59.571,70**
15	**154856 - CAMPUS VIANA IFECT DO MARANHAO**	**Viana/MA**	38	R$ 0,01	R$ 0,38	4	R$ 0,01	R$ 0,04	4	R$ 1.866,73	R$ 7.466,92	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 47.262,34**
16	**158122 - INST.FED.DE EDUC.,CIENCIA E TECNOLOGIA DE MG**	**Belo Horizonte/MG**	1040	R$ 0,01	R$ 10,40	120	R$ 0,01	R$ 1,20	120	R$ 1.866,73	R$ 224.007,60	400	R$ 1.326,50	R$ 530.600,00	400	R$ 251,99	R$ 100.796,00	**R$ 855.415,20**
17	**158125 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE**	**Blumenau/SC**	720	R$ 0,01	R$ 7,20	120	R$ 0,01	R$ 1,20	120	R$ 1.866,73	R$ 224.007,60	500	R$ 1.326,50	R$ 663.250,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 887.266,00**

18	**158128 - INST.FED.DE EDUC., CIENCIA E TEC. DO MARANHÃO**	**São Luís/MA**	778	R$ 0,01	R$ 7,78	106	R$ 0,01	R$ 1,06	106	R$ 1.866,73	R$ 197.873,38	495	R$ 1.326,50	R$ 656.617,50	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 854.499,72**
19	**158135 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA**	**Belém/PA**	2020	R$ 0,01	R$ 20,20	20	R$ 0,01	R$ 0,20	20	R$ 1.866,73	R$ 37.334,60	1980	R$ 1.326,50	R$ 2.626.470,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 2.663.825,00**
20	**158139 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.FLUMINENSE**	**Campos dos Goitacazes/RJ**	294	R$ 0,01	R$ 2,94	3	R$ 0,01	R$ 0,03	3	R$ 1.866,73	R$ 5.600,19	210	R$ 1.326,50	R$ 278.565,00	78	R$ 251,99	R$ 19.655,22	**R$ 303.823,38**
21	**158141 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO R GRANDE SUL**	**Bento Gonçalves/RS**	240	R$ 0,01	R$ 2,40	5	R$ 0,01	R$ 0,05	5	R$ 1.866,73	R$ 9.333,65	230	R$ 1.326,50	R$ 305.095,00		R$ 251,99	R$ -	**R$ 314.431,10**
22	**158146 - INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TECNOLOGIA PIAUí**	**Teresina/PI**	620	R$ 0,01	R$ 6,20	60	R$ 0,01	R$ 0,60	60	R$ 1.866,73	R$ 112.003,80	300	R$ 1.326,50	R$ 397.950,00	200	R$ 251,99	R$ 50.398,00	**R$ 560.358,60**
23	**158153 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE GOIÁS**	**Goiânia/GO**	400	R$ 0,01	R$ 4,00	50	R$ 0,01	R$ 0,50	50	R$ 1.866,73	R$ 93.336,50	225	R$ 1.326,50	R$ 298.462,50	100	R$ 251,99	R$ 25.199,00	**R$ 417.002,50**
24	**158276 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS SAO LUIS-MACARANA**	**São Luís/MA**	163	R$ 0,01	R$ 1,63	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	58	R$ 1.326,50	R$ 76.937,00	105	R$ 251,99	R$ 26.458,95	**R$ 103.397,58**
25	**158284 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS BARRA DO CORDA**	**Barra do Corda/MA**	30	R$ 0,01	R$ 0,30	5	R$ 0,01	R$ 0,05	5	R$ 1.866,73	R$ 9.333,65	20	R$ 1.326,50	R$ 26.530,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 35.864,00**
26	**158288 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS CENTRO HISTORICO**	**São Luís/MA**	30	R$ 0,01	R$ 0,30	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	10	R$ 1.326,50	R$ 13.265,00	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 18.305,10**
27	**158296 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS S.R.MAGANGEIRAS**	**São Raimundo das Mangabeiras/MA**	70	R$ 0,01	R$ 0,70	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	20	R$ 251,99	R$ 5.039,80	**R$ 63.502,90**
28	**158338 - INST.FED.SUL R.GRANDENSE/CAMPUS PASSO FUNDO**	**Passo Fundo/RS**	68	R$ 0,01	R$ 0,68	4	R$ 0,01	R$ 0,04	4	R$ 1.866,73	R$ 7.466,92	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	30	R$ 251,99	R$ 7.559,70	**R$ 54.822,34**
29	**158457 - INST.FED.DO MARANHAO/CAMPUS TIMON**	**Timon/MA**	60	R$ 0,01	R$ 0,60	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	40	R$ 1.326,50	R$ 53.060,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 71.728,00**
30	**158127 - Instituto Federal Farroupilha - Reitoria**	**Santa Maria - RS**	360	R$ 0,01	R$ 3,60	30	R$ 0,01	R$ 0,30	30	R$ 1.866,73	R$ 56.001,90	300	R$ 1.326,50	R$ 397.950,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 453.955,80**
31	**158267 -Instituto Federal Farroupilha – Alegrete**	**Alegrete/RS**	40	R$ 0,01	R$ 0,40	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	40	R$ 1.326,50	R$ 53.060,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 53.060,40**
32	**155570 - Instituto Federal Farroupilha – Frederico Westphalen**	**Frederico Westphalen/RS**	30	R$ 0,01	R$ 0,30	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 39.795,30**
33	**154628 -Instituto Federal Farroupilha – Jaguari**	**Jaguari/RS**	34	R$ 0,01	R$ 0,34	2	R$ 0,01	R$ 0,02	2	R$ 1.866,73	R$ 3.733,46	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 43.528,82**
34	**158269 -Instituto Federal Farroupilha – Júlio de Castilhos**	**Júlio de Castilhos/RS**	32	R$ 0,01	R$ 0,32	2	R$ 0,01	R$ 0,02	2	R$ 1.866,73	R$ 3.733,46	28	R$ 1.326,50	R$ 37.142,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 40.875,80**

35	**158505 - Instituto Federal Farroupilha – Panambi**	**Panambi/RS**	40	R$ 0,01	R$ 0,40	6	R$ 0,01	R$ 0,06	6	R$ 1.866,73	R$ 11.200,38	28	R$ 1.326,50	R$ 37.142,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 48.342,84**
36	**158504 - Instituto Federal Farroupilha – Santa Rosa**	**Santa Rosa/RS**	90	R$ 0,01	R$ 0,90	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	40	R$ 251,99	R$ 10.079,60	**R$ 68.542,90**
37	**158266 - Instituto Federal Farroupilha – Santo Augusto**	**Santo Augusto/RS**	30	R$ 0,01	R$ 0,30	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 39.795,30**
38	**155081- Instituto Federal Farroupilha – Santo Ângelo**	**Santo Ângelo/RS**	50	R$ 0,01	R$ 0,50	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	50	R$ 1.326,50	R$ 66.325,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 66.325,50**
39	**158503 - Instituto Federal Farroupilha – São Borja**	**São Borja/RS**	50	R$ 0,01	R$ 0,50	10	R$ 0,01	R$ 0,10	10	R$ 1.866,73	R$ 18.667,30	30	R$ 1.326,50	R$ 39.795,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 58.462,90**
40	**158268 Instituto Federal Farroupilha – São Vicente do Sul**	**São Vicente do Sul/RS**	50	R$ 0,01	R$ 0,50	0	R$ 0,01	R$ -	0	R$ 1.866,73	R$ -	50	R$ 1.326,50	R$ 66.325,00	0	R$ 251,99	R$ -	**R$ 66.325,50**
41	**158503 - Instituto Federal Farroupilha – Uruguaiana**	**Uruguaiana/RS**	**28**	**R$ 0,01**	**R$ 0,28**	**6**	**R$ 0,01**	**R$ 0,06**	**6**	**R$ 1.866,73**	**R$ 11.200,38**	**16**	**R$ 1.326,50**	**R$ 21.224,00**	**0**	**R$ 251,99**	**R$ -**	**R$ 32.424,72**
			11515	**R$ 0,01**	**R$ 115,15**	**1241**	**R$ 0,01**	**R$ 12,41**	**1241**	**R$ 1.866,73**	**R$ 2.316.611,93**	**7256**	**R$ 1.326,50**	**R$ 9.625.084,00**	**1663**	**R$ 251,99**	**R$ 419.059,37**	**R$ 12.360.882,86**
Doze milhões, trezentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos																	**R$**	**12.360.882,86**